

# Passa onda de moralidade e Senado arquiva processos

26 OUT 2001

**Marluza Mattos**  
De Brasília

A onda de moralidade no Senado já se desmanchou. O senador Luiz Otávio (PPB-PA), sobre quem havia ameaça de processo por quebra de decoro parlamentar, conseguiu ontem o arquivamento pelo Conselho de Ética. Anteontem, a investigação sobre as suspeitas de envolvimento do ex-secretário Geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas Pereira, com tráfico de influências, foi arquivada na Comissão de Fiscalização. Já havia sido retirado de pauta o projeto que torna ilegíveis os candidatos que não tiverem suas contas de campanha aprovadas pela Justiça Eleitoral. E também, na semana passada, rejeitado o projeto que proibia o candidato ao Senado registrar parentes como suplentes.

A senadora Heloísa Helena

(PT-AL), relatora da investigação preliminar sobre o senador Luiz Otávio, pediu a abertura de processo por quebra de decoro, mas teve seu parecer rejeitado. O resultado da votação foi 11 a 4. Apenas a oposição e o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), lhe deram apoio.

A senadora baseou seu relatório em documentos de uma auditoria do Banco do Brasil e dos inquéritos do Ministério Público e da Polícia Federal. Neles, Luiz Otávio é citado como um dos responsáveis pelo desvio de recursos de um empréstimo concedido pelo BNDES para a construção de 13 balsas. As balsas nunca foram construídas. Segundo Heloísa, o prejuízo da operação chegou a US\$ 13 milhões. Como as irregularidades ocorreram antes de Luiz Otávio assumir como senador, a maioria dos integrantes do Conselho de Ética entendeu

que o processo por quebra de decoro não deveria ser aberto.

"Acho que tem umas coisas de antes (do mandato) que cabem e outras coisas que não cabem", disse o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), justificando seu voto contra a investigação do colega paraense. Antero defendeu a abertura de processo por quebra de decoro no caso Jader e as acusações se referiam à irregularidades cometidas antes de o ex-presidente do Senado ser eleito.

"Se formos condenar quem é suspeito de enriquecimento ilícito no passado seremos obrigados a processar centenas de parlamentares", argumentou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), também contrário à investigação. O líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), foi além e disse que a tentativa de processar Luiz Otávio não passava de "neo-

populismo".

Nenhum dos senadores que rejeitaram o relatório, no entanto, defendeu Luiz Otávio das acusações. Vários deles até garantiram que aprovarão o pedido de licença para que ele seja processado, caso o Supremo Tribunal Federal solicite. "Não questionaram o conteúdo do relatório. Ninguém disse que ele (Luiz Otávio) não roubou, não desviou dinheiro público", disse Heloísa Helena.

O presidente do Conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), chegou a sugerir, durante a discussão, que todas as investigações sobre senadores feitas na Casa continham ilegalidades. "Essa afirmação do presidente pode permitir que o ex-senador Jader, por exemplo, conteste o processo a que foi submetido", avaliou o senador Jefferson Peres (PDT-AM).

*federal*

*valor Econômico*